



## LEI MUNICIPAL Nº 436 DE 17 DE MAIO DE 2022

*Institui a Feira Livre da Agricultura Familiar e de Artesanato no Município de Itapagipe e dá outras providências.*

O Povo do Município de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu Prefeito, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída a Feira Livre da Agricultura Familiar e de Artesanato destinada a comercialização, no varejo, de pescados e produtos hortifrutigranjeiros, de industrialização caseira e outros, produzidos no Município.

**Art. 2º** As atividades de comércio na Feira Livre da Agricultura Familiar só poderão ser exercidas por pessoas cadastradas e autorizadas pela administração municipal.

**Parágrafo único.** Os critérios para o deferimento do cadastro serão regulamentados por Decreto do poder Executivo.

**Art. 3º** O poder executivo municipal poderá regulamentar por Decreto restringindo quais produtos serão comercializados.

**Art. 4º** Compete ao Executivo Municipal:

I- Custear toda a infraestrutura para a realização da feira, como Barracas, Som, Propaganda de Rua, Palco e Iluminação, Telão, Locutor, Placa, Faixa e Limpeza do Recinto e área da feira.

I - Expedir licença de funcionamento para a barraca;

II - Cadastrar os feirantes e autorizar a comercialização;

III – Exercer a fiscalização, promover a manutenção da ordem e da disciplina, assim como a segurança no local da Feira Livre.

**Art. 5º** - Compete ao Executivo Municipal regulamentar, por meio de Decreto, as formas e locais de funcionamento, bem como horários da feira livre, além da forma de inspeção.

**Art. 6º** Compete obrigatoriamente ao feirante:



I – Cadastrar-se na sala mineira do empreendedor e só iniciar as atividades após deferimento do cadastro.

II – Cumprir as disposições desta Lei, do seu Decreto regulamentador e acatar as instruções da fiscalização da Prefeitura municipal.

III – no tratamento com o público e demais feirantes, observar regras de boas maneiras e educação.

IV – anunciar suas mercadorias sem produzir excessivo ruído.

V – manter limpos as vestimentas e utensílios usados nas suas atividades, e também o espaço que ocupar nas feiras livres.

VI – Fixar em local visível ao público os produtos comercializados e tabela de preços.

VII - aferir os pesos, balanças e medidas de acordo com as normas pertinentes, indispensáveis ao comércio de seus produtos;

VIII - apresentar a respectiva licença e documentos quando solicitados pela fiscalização;

IX - observar o Regimento Interno da Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar;

X - observar o Código de Defesa do Consumidor e a legislação sanitária.

XI - Os veículos utilizados pelos feirantes não poderão permanecer no local em que se realiza a feira após carga e descarga.

XII – Disponibilizar lixeiras nas proximidades de suas barracas e observar o devido descarte dos resíduos.

**Art. 7º É vedado ao feirante:**

I - Colocar mercadorias, embalagens, caixas e outros objetos fora do limite da barraca;

II - Vender gêneros falsificados, impróprios para consumo, deteriorados ou condenados pela fiscalização sanitária ou ainda sem pesos ou medidas;

III - Deslocar a barraca dos pontos determinados pela administração da Feira Livre Municipal da Agricultura Familiar;

IV - Sonegar ou recusar a vender mercadorias;

V - Lavar mercadorias nos recintos das feiras livres;

R





VI - Usar jornais, papéis usados ou quaisquer impressos para embrulhar os gêneros alimentícios que, por contato direto, possam ser contaminados.

VII - Abandonarem no recinto da feira as mercadorias restantes que não tenham sido vendidas, cuja sobra terá de ser imediatamente recolhida após o encerramento da feira.

**Art. 8º** Na Feira Livre da Agricultura Familiar também poderão ser realizados shows e atrações artísticas em geral, desde que devidamente autorizados pela Municipalidade e órgãos competentes.

**Art. 9º** Os feirantes deverão se cadastrar no Departamento Municipal de Arrecadação, a fim de cumprirem com as obrigações fiscais existentes e para recolhimento da Guia de Arrecadação Municipal - GAM referente taxa de funcionamento em horário especial.

**Art. 10º** As datas, locais e demais instruções necessárias para a execução desta Lei serão regulamentadas por Decreto Municipal.

**Art. 11º** Poderá a municipalidade firmar parceria ou convênios com órgãos ou entidades ligadas diretamente aos setores afins das esferas de governo, federal, estadual e municipal, como a participação de outras secretarias do município.

**Art. 12º** Caberá ao Poder Executivo, regulamentar as especificações técnicas das barracas que deverão ser as mesmas, visando sempre a igualdade e padronização.

**Art. 13º** As despesas para execução da presente Lei ocorrerão por dotação orçamentária própria para estes fins. Fica autorizada, caso necessário, a abertura de crédito adicional suplementar para fazer face às despesas respectivas, por anulação de dotação.

**Art. 14º** O Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, para sua aplicação adequada.

**Art. 15º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapagipe, 17 de maio de 2022.

Ricardo Garcia da Silva  
Prefeito